

A. I. N° - 927744-7/03
AUTUADO - AEROTEC DO BRASIL LTDA.
AUTUANTE - ALBA M. DAVID
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 26.05.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0167-03/04

EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RETENÇÃO DO IMPOSTO. VENDA PARA CONTRIBUINTE NÃO INSCRITO. Como na situação em exame a mercadoria foi vendida para consumidor final, não há imposto a ser exigido por antecipação, já que não haverá comercialização posterior. Infração elidida. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 23/12/03, exige ICMS no valor de R\$347,03, acrescido da multa de 60%, imputando ao autuado a seguinte infração:

“Falta de retenção do ICMS, a título de antecipação tributária em operação de venda de capacetes e kits abafadores de ruído a contribuinte não inscrito, acompanhada da Nota Fiscal nº 0689 e CTRC nº 789096 de 17/12/03”.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 9, alegando que a venda em questão foi realizada para consumidor final. Afirma que o destinatário adquiriu a mercadoria para ser utilizada na aplicação de seus serviços. Ao final, pede o acatamento de sua defesa.

A auditora que prestou a informação fiscal (fls. 18 e 19), informa que comprovou através de diligência posterior, que as mercadorias, em exame, se destinam à utilização na prestação de serviços de segurança prestado pelo destinatário. Diz que esse último, não revende a mercadoria, e que, dessa forma, não é obrigado a possuir inscrição estadual. Ao final, entendendo que não deve ser exigida retenção do imposto, opina pela improcedência do Auto de Infração.

VOTO

O presente Auto de Infração exige ICMS no valor de R\$347,03, acrescido da multa de 60%, sob alegação de que o autuado deixou de reter ICMS, a título de antecipação tributária em operação de venda de mercadorias para contribuinte não inscrito.

Da análise dos elementos constitutivos do PAF, verifica-se que assiste razão ao autuado, já que auditora que prestou a informação fiscal (fls. 18 e 19), informou ter comprovado, através de diligência posterior, que as mercadorias, em exame, se destinam à utilização na prestação de serviços de segurança prestado pelo destinatário.

Dessa forma, como não haverá revenda posterior das mercadorias, e sendo o destinatário consumidor final, não deve ser exigida a retenção do imposto cobrada na presente autuação, relativa às operações subseqüentes.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **927744-7/03**, lavrado contra **AEROTEC DO BRASIL LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de maio de 2004.

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – PRES. EM EXERCÍCIO

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR